

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS POR MULHERES VITIMIZADAS

Antonia de Fátima Mota Gregoleti
(UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga)
Alexandre da Silva de Paula
(UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga)
Sérgio Kodato
(USP – Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto)

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo: investigar a história de vida de sete mulheres vítimas da violência doméstica e identificar as formas pelas quais elas significam e representam o fenômeno. Referenciou-se no método de análise das representações sociais, sistematizado por Moscovici, Jodelet, Farr. As informações foram coletadas numa Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, localizada em um município do interior do Estado de São Paulo. Os procedimentos da pesquisa envolveram a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade e um levantamento quantitativo nos Boletins de Ocorrência. Enquanto resultados, pode-se afirmar que as mulheres compartilharam histórias de sofrimento, submissão e resistência à violência desde a infância. Na ausência de infraestrutura e suporte para o enfrentamento, as denúncias são arquivadas, o que dificulta a punição jurídica aos agressores. A ingestão de álcool pelos companheiros foi significada como fator desencadeador dos conflitos e agressões, justificando novos episódios de angústia e dor.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; histórias de vida; relações de gênero.

Abstract

Domestic Violence: Sense and Representations by Battered Women

This research aimed to investigate the life stories of seven women victims of domestic violence and identify the means and representation produced by participants about the phenomenon. It was referenced in the method of analysis of the social representations, according Moscovici, Jodelet, Farr. The data was collected in Police Department Specialized Women's Defense. The procedures involved conducting semi-structured interviews and a quantitative survey in official reports. The results indicate shared stories of suffering by participants, submission and resistance to violence since a childhood. In the absence of services with infrastructure and support, complaints are filed, damaging the investigative procedures and legal punishment for perpetrators. The alcoholism by partners was considered as a reason for conflicts and aggressions, justifying the acceptance for others episodes of torture and pain.

Keywords: Violence against women; life stories; gender relations.

Introdução

A pesquisa que aqui se propõe, tem como objetivo investigar as representações sociais de violência doméstica contra a mulher, articulando o discurso de vítimas e dados quantitativos coletados nos boletins de ocorrência registrados numa Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. O interesse pelo tema surgiu em busca de respostas às seguintes perguntas: por que as mulheres vítimas de violência doméstica mantêm o relacionamento com o companheiro/agressor, mesmo após anos de sofrimento? Por que não continuam com o processo após registro da queixa na Delegacia de Defesa da Mulher? Como significam e explicam a violência sofrida?

Minayo e Souza (2003) afirmam que a violência social faz parte das grandes questões sociais do mundo contemporâneo, sendo o setor da saúde pública um território de ressonância desse fenômeno. Os dispositivos institucionais e políticas sociais promovidas pelo Estado, no combate à violência doméstica, revelam um sistema frágil e ineficaz para reverter o número de vítimas. Nesse âmbito, a saúde é compreendida como uma

encruzilhada onde convergem as lesões, traumas físicos ou emocionais.

Uma das formas de violência a ser enfrentada pela sociedade contemporânea é a violência doméstica contra a mulher. Este fenômeno ocorre diariamente no Brasil e em muitos países avançados, apesar dos preceitos jurídicos de proteção aos direitos humanos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma em cada seis mulheres no mundo sofre violência doméstica, sendo que em 60% dos casos a violência foi perpetrada pelo marido ou companheiro (OMS, 2002).

Caravantes (2000) afirma que a violência doméstica compreende qualquer ação ou omissão que resulte em dano físico, sexual, emocional, social ou patrimonial, onde esteja presente o vínculo familiar e íntimo entre a vítima e o agressor. Geralmente as vítimas não procuram ajuda de profissionais competentes, até que ocorra a violência com graves traumas e sequelas difíceis de reparação. Os sentimentos aversivos e as magoas são ocultadas, de forma que a submissão ao outro acaba perpetuando um ciclo de conflitos mal resolvidos. Nas últimas

décadas, houve o reconhecimento da gravidade do problema, o que levou a promulgação de legislações e a criação de serviços para o tratamento e prevenção da violência contra as mulheres (Haj-Yahia, 2011).

A pesquisa conduzida por Abeya, Afework e Yalew (2011) teve como objetivo investigar a prevalência e fatores associados de violência praticada por parceiros. As participantes tinham idade entre 15 e 49 anos, foram escolhidas aleatoriamente em áreas urbanas. As pesquisadoras indicaram que, nas histórias de vida das participantes, três em cada quatro mulheres experimentaram pelo menos um incidente de violência na relação com o parceiro íntimo. Nesse sentido, as autoras citadas alertam para a urgência de uma atenção em todos os níveis da hierarquia social, incluindo políticos, atores sociais engajados, profissionais da saúde e educação.

O estudo Stickley, Kislitsyna, Timofeeva & Vagerö, (2008) analisaram em quais circunstâncias a violência contra a mulher era justificável no discurso dos entrevistados, de forma que fosse consentida a agressão pelos maridos. O estudo demonstrou que a violência contra a mulher foi identificada como

um problema sério para a maioria de mulheres, mas não para os homens. Embora os participantes não sejam favoráveis à violência, houve circunstâncias em que esta atitude era justificada, por exemplo, em função de dificuldades econômicas ou no abuso de álcool.

No Brasil, no bojo dessas discussões, foi inaugurada em 1985, no centro da capital paulista, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, uma instituição pública fundamental que foi expandida para muitas regiões. Em meio a anos de luta e investimentos para elaboração de uma lei que protegesse legalmente a mulher, foi sancionada em agosto de 2006, a Lei n. 11.340/06, denominada “Lei Maria da Penha”.

Essa lei introduziu a violência moral em seu artigo 7º, inciso V, como uma forma de violência doméstica contra a mulher, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Estes crimes são prescritos no Código Penal, mas se forem cometidos em decorrência de vínculo de natureza familiar ou afetiva, são conceituados como violência moral (Brasil, 2008).

Do conceito de violência contra a mulher, trazido pela lei, considera-se que o incidente seja contextualizado nas

relações de gênero e que ocorra no âmbito da vida doméstica, assim como em qualquer relação afetiva da mulher. A maioria dos casos de violência contra a mulher ocorre internamente, no próprio lar, onde figuram como agressores os parceiros, seja como maridos, ex-maridos ou namorados. Contudo, as mudanças sociais e jurídicas apontam para maior conscientização e visibilidade social dos problemas. Mesmo diante de uma realidade cada vez mais conhecida, a cultura do silêncio e a submissão da mulher dentre outros fatores, permanecem como entraves para que os agressores sejam punidos com rigor necessário e exemplar.

Método

Trata-se de uma pesquisa fundamentada nas contribuições teóricas e metodológicas das investigações em Representações Sociais. Para Jodelet (2002) a representação social deve ser estudada partindo-se dos elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade

Por outro lado, apesar das iniciativas públicas de combate ao fenômeno, há um crescente aumento na frequência da violência doméstica que inclui várias formas, como violência física, psicológica, estupro, ameaças e desrespeito. Esta pesquisa questiona os paradigmas tradicionais de poder e autoridade, que colaboram com a ocorrência desse tipo de violência. Esse estudo almejou compreender as narrativas de sofrimento e a submissão às agressões, investigando alternativas para a emancipação e a ruptura com a condição social de vítimas.

material sobre a qual elas vão intervir. Visando abarcar tais pressupostos, optou-se pela descrição das histórias de vida das participantes, articulando as vivências e experiências das participantes com o objeto da pesquisa.

Segundo Moscovici (2003) as representações sociais são objetos de conhecimento estruturados, que transitam de sujeito para sujeito, importando neles uma dada orientação

compartilhada, revelando uma natureza aglutinadora e consensual dentro do grupo ou do conjunto de pessoas considerado. Neste sentido, a pesquisa está focada na compreensão dos significados compartilhados pelo grupo de mulheres entrevistadas acerca das relações de gênero e poder, enquanto fatores determinantes das ocorrências, agressões físicas, humilhações e desrespeito.

Coleta de dados

Elegeu-se para a presente pesquisa a triangulação de métodos, tal como propõem Gomes, Souza, Minayo e Silva (2005). Na primeira fase, foi realizada uma pesquisa documental em boletins de ocorrência na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Na segunda fase, entrevistas em profundidade com mulheres vítimas e observações do cotidiano contemplando, assim, a complexidade do fenômeno em questão. Participaram da pesquisa sete mulheres que se colocaram como voluntárias e foram escolhidas aleatoriamente. As participantes foram abordadas no momento em que eram ouvidas pelas autoridades na Delegacia.

Para realizar as entrevistas, utilizou-se um gravador e um roteiro semiestruturado. As falas foram transcritas na íntegra, com atribuição de nomes fictícios às participantes. A pesquisa ocorreu após a anuência e autorização formal da Delegada de Polícia. Para organização do corpus da pesquisa, foi feita uma compilação de informações que constavam nos Boletins de Ocorrências, quando havia atendimento em casos de violência doméstica contra a mulher. Estes materiais são denominados “Livros de Boletins de Ocorrências”.

Foram computados os seguintes dados: a data do registro do “BO”, a natureza do delito e a providência tomada após o registro da queixa. As providências dependiam de uma representação formal da vítima que decide entre três opções, a saber: prosseguir com o processo jurídico, arquivar a queixa ou aguardar o prazo de cento e oitenta dias para decidir se arquiva ou continua com os trâmites para punição do agressor.

Os seguintes delitos agregam as informações: ameaça, lesão corporal dolosa, injúria, “vias de fato”, difamação, calúnia e perturbação da tranquilidade. Os pesquisadores abordaram as vítimas esclarecendo a

finalidade da investigação, solicitando autorização formal para realizar a entrevista, sobretudo, ressaltando os procedimentos éticos no sigilo das informações gravadas.

As entrevistas foram realizadas na Delegacia Especializada em uma sala previamente preparada para o acolhimento dessas mulheres. A análise das falas ocorreu através da técnica denominada Análise de Conteúdo, de

Análise das entrevistas

Bardin (1979). Os tópicos investigados nas entrevistas foram: infância, dinâmica familiar, relações amorosas, episódios de violência, motivação para denúncias e Boletim de Ocorrência.

Resultados

Prevalência dos crimes e análise das ocorrências

No ano de 2008 foram registrados 402 (quatrocentos e dois) crimes, os delitos de ameaça e lesão corporal apresentaram maior índice de ocorrência, seguidos de injúria e “vias de fato” e, em menor índice, a difamação, calúnia e perturbação da

tranquilidade. No ano de 2009 foram registrados 446 (quatrocentos e quarenta e seis) crimes, a ameaça e lesão corporal também apresentaram maior índice, seguidos dos mesmos crimes apresentados no ano anterior. A seguir, constam as tabelas que agregam os dados coletados nos registros da Delegacia Especializada da Mulher.

Tabela 1 - Boletins de ocorrência caracterizando violência doméstica contra a Mulher, ano de 2008.

Crimes	Número Absoluto	Porcentagem
Ameaça	170	42,29
Lesão Corporal	134	33,34
Injúria	46	11,44
Vias de Fato	42	10,44
Difamação	03	0,74
Calúnia	05	1,25
Perturbação da tranquilidade	02	0,50
Total	402	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Tabela 2 - Boletins de Ocorrência caracterizando Violência Doméstica Contra a Mulher, ano de 2009.

Crimes	Número Absoluto	Porcentagem
Ameaça	190	42,60
Lesão Corporal	150	33,64
Injúria	48	10,76
Vias de Fato	46	10,32
Difamação	05	1,12
Calúnia	04	0,90
Perturbação da tranquilidade	02	0,44
Tentativa de Homicídio	01	0,22
Total	446	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS POR
MULHERES VITIMIZADAS

Tabela 3 - Boletins de ocorrência caracterizando violência doméstica contra a mulher, ano de 2008.

Crimes	Arquivado	Inquérito Policial	Encaminhado para outras Delegacias
Ameaça	118	52	01
Lesão Corporal Dolosa	110	25	01
Injúria	32	12	-
Vias de Fato	34	04	-
Difamação	03	01	-
Calúnia	05	02	-
Perturbação da tranquilidade	02		-
Total	304	96	02

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Tabela 4 - Boletins de ocorrência caracterizando violência doméstica contra a mulher, ano de 2009.

Crimes	Arquivado	Inquérito Policial	Encaminhado para outras Delegacias
Ameaça	129	60	01
Lesão Corporal Dolosa	119	30	01
Injúria	35	13	-
Vias de Fato	39	06	01
Difamação	04	01	-
Calúnia	02	02	-
Perturbação da tranquilidade	02	-	-
Tentativa de homicídio	-	01	-
Total	330	113	03

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Os dados indicaram que 42,29% do total de ocorrências, no ano de 2008, eram registros do crime de ameaça e no

ano de 2009, o mesmo crime apresentou 42,60% do total das ocorrências. A ameaça é uma forma de intimidação

delituosa que impede a liberdade de autodeterminação da mulher, constituindo uma forma de violência psicológica, causando graves problemas emocionais que contribuem para o desgaste das relações. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indeléveis para toda a vida. O crime de ameaça está previsto no artigo 147 do Código Penal e no artigo 7º da Lei n. 11.340/06.

Com relação ao crime de lesão corporal, os índices apresentados do total das ocorrências registradas são de 33,34% e 33,64%, referentes aos anos 2008 e 2009, respectivamente. Diante índices, visualiza-se o quanto as mulheres sofrem para manter a sua integridade corporal, psíquica e emocional. A lesão corporal é um crime que está previsto no artigo 129 Código Penal e no artigo 7º da Lei n. 11.340/06. Nesta lei, tal crime constitui uma das formas de violência física.

De acordo com os dados tabulados, o crime de injúria apresentou 11,44% e 10,76% de incidência nos anos 2008 e 2009 respectivamente. Caracteriza-se o crime de injúria, se for atribuída à vítima uma má qualidade, como por exemplo, chamá-la de

“vagabunda”, “tranqueira” ou “sem vergonha”.

No que se refere aos crimes de difamação e calúnia, os dados indicaram que a média dos índices atingiu pouco mais de 1% do total das ocorrências registradas nos anos 2008 e 2009. São crimes que caracterizam a violência moral introduzida pela Lei n. 11.340/06. O crime de difamação está previsto no Código Penal, em seu artigo 139: “difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”. Caluniar é imputar a alguém, um fato concreto, definido como crime, onde o agente tem a consciência da falsidade desta imputação.

Com relação às “vias de fato”, os índices apresentados são 10,44% e 10,32% do total das ocorrências registradas nos anos 2008 e 2009, respectivamente. Esse índice revela o quanto essas mulheres sofrem com atos provocativos, como: puxar cabelo, arremessar objetos, arrancar parte do vestuário, enfim, agressões que não resultam em danos graves a integridade física, pois, não provocam vestígios visíveis no corpo.

Comparando-se os dados referentes aos dois anos, constatou-se um acréscimo do número de ocorrências registradas, mantendo-se a tipificação

dos mesmos crimes, bem como, a sequência dos índices referentes aos mesmos, com exceção para os crimes de injúria e “vias de fato” que apresentaram pequenos decréscimos.

Com relação à quantidade de Boletins de Ocorrências arquivados, número de inquéritos policiais e denúncias encaminhadas para outras Delegacias no ano de 2008, as seguintes informações podem ser destacadas: de um total de 304 (trezentos e quatro) ocorrências arquivadas, os crimes de ameaça e lesão corporal apresentam-se em maior quantidade comparados aos demais. De um total de 96 (noventa e seis) inquéritos policiais, os mesmos crimes apresentaram maior incidência.

No ano de 2009, num total de 330 (trezentos e trinta) ocorrências arquivadas, os crimes de ameaça e lesão corporal apresentaram maior incidência, quando comparados aos demais. Quanto aos inquéritos policiais, foram 113 (cento e treze) onde os mesmos crimes tiveram maior frequência. Foi expressiva a quantidade de ocorrências arquivadas comparadas com o total dos dados apresentados.

A análise do material empírico confirma que as mulheres vítimas de violência dirigem-se até a Delegacia,

registram a queixa e, em sua grande maioria, não dão continuidade ao processo. A permanência em uma relação conjugal violenta está, intrinsecamente, relacionada ao fato de as mulheres vítimas acreditarem na possível mudança de atitude de seus companheiros, aceitando a intimidação e a submissão, que favorecem o círculo vicioso em que vivem.

Histórias e representações: Nos rastros da violência doméstica

Com relação à idade, as participantes tinham entre 24 a 56 anos. Sobre a escolaridade: uma com ensino médio completo, uma com ensino médio incompleto, uma com ensino fundamental completo e quatro com ensino fundamental incompleto. As participantes trabalhavam na roça, uma rotina comum naquela realidade, pois todos os membros da família, inclusive as crianças, precisavam trabalhar. Além do trabalho no sítio, elas iniciaram a adolescência em atividades ocupacionais como trabalhadoras domésticas, a relação com as empregadoras eram assimétricas, marcadas pelo autoritarismo e rigidez

na proposição de tarefas a serem cumpridas.

O acesso à educação não era prioridade na vida das participantes, pois se valorizava o trabalho em detrimento dos estudos, como foi o caso de *Flaviana* que interrompeu os estudos para trabalhar na roça.

Marcas discursivas:

[...] a gente tinha que trabalhar na roça [...]. Parei de estudar, fui prá roça, depois trabalhei de doméstica, de pajem.

[...] nós somos ser humano, não somos um papel higiênico que joga fora não [...]. Acha que a gente é um lixo, é um animal.

[...] tem que pensar na dignidade da gente porque a gente não é lixo pra ser usada, massacrada.

Malvina não conviveu com sua família que morava no sítio. Aos sete anos de idade foi trabalhar, pois pertencia a uma família numerosa que não tinha condições de sustentar os dez filhos. Essa relação com o trabalho implicou, além da ausência parcial do caráter lúdico da infância, em prejuízos na formação escolar, pois a educação não era prioridade. O trabalho na infância caracteriza-se como uma forma de violência simbólica, aquela que surge

na privação do capital cultural. O pouco tempo de namoro e o casamento precoce foram características presentes na vida das participantes. Na expectativa de melhores condições de vida, as participantes foram morar com os namorados ainda na fase da adolescência.

As entrevistadas idealizaram o companheiro e o relacionamento amoroso, iniciando a vida conjugal com grande probabilidade de frustração.

Marcas discursivas:

[...] meus pais não tinha condição. Eles trabalhavam na roça e eu fui prá cidade prá poder trabalhar.

[...] ele foi logo metendo porrada, não foi querendo saber o que eu tava fazendo, o que eu não tava, porque eu demorei.

[...] eu olho prá ele e vejo ele assim vindo em cima de mim, aí aquilo tudo vai me dando uma raiva dentro de mim, às vezes eu fico até com nojo dele.

Com a união conjugal precoce, muitas responsabilidades foram antecipadas em meio a mudanças, transições, descobertas e desafios a enfrentar. *Berenice* decidiu sair da casa de seus pais quando tinha 17 anos para morar com o namorado, seus pais não

concordavam com o casamento. Na época, o “fugir de casa” era um costume presente quando os pais não aceitavam a relação das filhas. Quando engravidou do namorado, sentiu os efeitos de uma sociedade patriarcal e machista, no que tange a virgindade antes do casamento.

Marcas discursivas:

[...] engravidei, ele foi embora prá São Paulo e eu fiquei [...]. Minha menina nasceu meus pais pegou ela prá criar.

Ao ficar grávida com 17 anos, foi abandonada pelo companheiro que mudou para outra cidade. Não recebeu afeto, amor e solidariedade necessários na ajuda dos altos e baixos emocionais na gravidez, até o nascimento do bebê. Não teve uma gestação saudável e, quando sua filha nasceu, não tinha condições de criá-la, ficando com os avós maternos. Teve outro relacionamento e, após oito anos, reencontrou o pai de sua filha, com quem estava morando há três anos.

Contudo, afirmou a ideia de que o companheiro, quando estava sóbrio, apresentava uma personalidade dócil, algo radicalmente diferente dos momentos em que estava alcoolizado.

Marcas discursivas:

[...] depois que eu fui embora com ele prá lá que ele começou beber [...]. Quando ele não bebe é tudo tranquilo, mas todo dia ele bebe. Eu vou continuar porque [...] ele vai me bater, vai ser pior, então eu vou deixar.

Assim como as demais participantes, Cinara tinha certo conhecimento do comportamento agressivo de seu companheiro. Todavia, acreditava que o amor prevaleceria interrompendo a violência, ela sonhava com um relacionamento estável e feliz. A representação da família sagrada e feliz surgiu como elemento comum no grupo. Cinara estava casada há quinze anos, tinham dois filhos, mas o relacionamento conjugal era permeado por muita agressividade, ausência de amor e respeito.

Contudo, outro fator em comum no grupo foi a indignação pelo consumo exagerado de álcool pelos companheiros, o que provocava muitas brigas, agressões e desavenças.

Marcas discursivas:

[...] todo mundo falava: cuidado! é um homem agressivo e eu achava que não, comigo se ele gostasse ele ia mudar.

*[...] mas o disgramado do álcool interferindo na vida dele cada vez mais [...]. Sai do serviço as cinco e fica no bar até as dez e bebe todos os dias.
Eu queria que fosse tudo diferente, que a gente não sofresse porque nós não somos saco de pancada do homem.*

A história de frustração, carência afetiva e gravidez precoce se repetem em Dejanira. Esta participante engravidou com quinze anos de seu primeiro namorado e não recebeu afeto, amor e carinho durante este período da vida. Neste momento difícil, ele tinha um relacionamento com outra mulher com quem morava. Em meio ao relacionamento homossexual, relatou sentimentos de tristeza, solidão, abandono e sofrimento constantes nessa fase e mesmo depois do nascimento de seu filho. Ela continuou morando com sua mãe que lhe deu apoio e acolhimento. Após dois anos e meio do nascimento do seu filho foi morar com o namorado.

Marcas discursivas:

[...] engravidei com 15 anos dele o meu 1º namorado, a gente ficava, sabe?.

[...] porque eu quero largar e eu já falei prá ele que eu ia sair de casa e ele já ameaçou quebrar minhas coisas.

[...] aí pedi prá deixar até 6 meses, pedi prá não levar o processo a frente prá ele não ficar ameaçando. [...] me dá raiva, porque eu penso assim nunca fiz nada de errado, entendeu e a pessoa não ter consideração [...]. É assim, dá muita raiva!.

A história se repete, também, na vida de Rebeca que, pela segunda vez, sofre com a frustração de um casamento que não deu certo. Casou-se aos 13 anos e após dez anos, ocorreu sua separação. Ela viveu cinco anos com outro parceiro e atualmente estavam separados. Tinha dois filhos do primeiro casamento e uma filha do segundo. A separação desconstrói as fantasias da família idealizada, segundo os moldes tradicionais.

Marcas discursivas:

[...] comecei namorar com 12 anos, com 13 já casei, fiquei dez anos com o meu 1º marido, depois separei.

[...] eu me casei com esse, fiquei cinco anos com ele.

Samira saiu de casa para morar com sua irmã casada e, após dois anos,

foi morar com o seu primeiro namorado. A união conjugal foi uma fuga ao que vivenciava, pois recebia “cantada” de seu padrasto, ou seja, sofria com o assédio sexual. No namoro não teve o tempo necessário para conhecer o marido, foram morar juntos após duas semanas de relacionamento. Foi em busca de uma nova vida ao lado do companheiro com esperança de construir uma família.

Marcas discursivas:

Ele foi o meu 1º namorado, namorei ele duas semanas e já juntei, já fugi novinha, por causa do meu padrasto [...]. Casei com 14 anos e aí com 14 anos já venho apanhando.

[...] aí ele começava a mi agredi, com palavras pesada [...]. Já mi chutava, já mi dava pancada já [...]. Só andou com mentiraiada comigo; ah, não!

A análise das histórias de vida confirma que as participantes optaram pela união conjugal com expectativas de serem protegidas, compreendidas, amadas e viverem em harmonia com uma nova família. Porém, enfrentaram um cotidiano de sofrimento, frustrações, violência e consumo de álcool pelos maridos. Os companheiros eram boêmios, chegavam alcoolizados nas residências e não aceitavam questionamentos, motivando as discussões que culminavam em agressões físicas e psicológicas.

Considerações Finais

Esse trabalho buscou compreender as histórias de vida de mulheres vítimas da violência doméstica e as representações sociais construídas nessa condição de sofrimento adentrando, assim, neste universo comum que é o feminino, atrelado ao fenômeno social que é a violência. Identificou-se, a partir das narrativas, que a violência se inicia na

infância, está presente no casamento precoce, continua na vida conjugal, aumentando sua frequência com a tolerância, o medo e a aceitação do alcoolismo do companheiro. Isso culmina numa condição angustiante marcada pela insegurança frente ao abuso do poder na relação conjugal.

Mágoas, ressentimentos e tristezas foram os sentimentos presentes

nos relatos das sete mulheres entrevistadas. Na transcrição das falas, em cada entrevista, a emoção se repetia e vivenciávamos os momentos tristes, nos relatos das participantes. Com riqueza de detalhes, descrevendo suas histórias de vida, ressaltando as marcas existentes desde a infância, bem como, os episódios de violência que são mantidos por ameaças dos companheiros, afetando toda a dinâmica familiar, além da submissão em que vivem.

O registro de queixas em uma Delegacia é uma decisão conflituosa para as mulheres vítimas de violência, que vivem em um ambiente de ameaças periódicas. É uma decisão que envolve a exposição de situações íntimas, o que era privado se tornará público. O sofrimento ao lembrarem desses fatos, surge como entreve para continuidade nos processos. Quando as mulheres decidem registrar a ocorrência na Delegacia, esperam obter ajuda, no sentido reverter o ciclo de agressão e violação de direitos. Paradoxalmente, elas não desejam que seus companheiros sejam punidos, acreditam que eles poderão mudar suas atitudes, devido às advertências verbais da autoridade policial.

A ingestão do álcool foi considerada pelas participantes como fator desencadeador da violência do companheiro, elas compreendem que o agressor é outra pessoa quando não está sob o efeito do álcool, como se apresentasse duas personalidades diferentes. Assim, ocorre a tolerância e a aceitação das vítimas aos novos episódios de violência ao longo do tempo. De fato, segundo Narvaz (2002) o alcoolismo tem sido descrito na literatura como uma importante variável relacionada com a violência conjugal, que desencadeia conflitos e serve para justificar o comportamento abusivo. As mulheres de alcoólatras ficam sobrecarregadas emocionalmente em função do empobrecimento ou ausência de apoio por parte do parceiro.

Além disso, os homens recorrem à força física para garantir o poder sobre a mulher. As vítimas acreditam e projetam uma possível mudança na relação conjugal, onde as agressões não estariam mais presentes. Elas são notificadas a decidirem sobre a representação da continuidade ou não da ocorrência registrada; decisão que envolve sentimentos e valores que as deixam ainda mais fragilizadas, diante das ameaças de seus companheiros. A violência psicológica objetiva a não

continuidade dos processos instaurados na Delegacia e, para isso, os companheiros intimidam e aterrorizam as vítimas com ameaças de morte.

Em relação aos Boletins de Ocorrência, houve um elevado índice no que se refere ao delito ameaça, e tal índice está relacionado com as ocorrências arquivadas. De acordo com Menezes (2000) o respeito ou o medo do companheiro é um valor cultural sedimentado. Questionar essa realidade

é ir contar uma estrutura de pensamento de conteúdo religioso, moral e patriarcal. Discutir sobre a submissão da mulher em relação ao homem, significa desarticular uma estrutura que embasa crenças e conceitos arcaicos da dominação masculina. Neste caso, agrava-se ainda mais a condição da vítima que poderá sofrer mais intimidação do companheiro pelo fato de ter sido registrado o flagrante de sua agressividade.

Referências

- Abeya, S. G., Afework, M. F. & Yalew, A. W. (2011). Intimate partner violence against women in western Ethiopia: prevalence, patterns, and associated factors. *BMC Public Health*, 11(1), p. 913-930. doi.10.1186/1471-2458-11-913
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Brasil. (2006). *Lei Nº 11.340, de 7 de agosto*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Brasil (2008). Código penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Caravantes, L. (2000). Violencia intrafamiliar en la reforma del sector salud. In A. M. Costa, E. Merchán-Hamann & D. Tajer (Orgs.), *Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Gomes, R., Souza, E. R., Minayo, M. C. S & Silva, C. F. R. (2005). Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: M. C. S. Minayo et al. (Orgs), *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais* (pp. 185-221). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Jodelet, D. (2002). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As Representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: Eduerj.

- Haj-Yahia, M. M. (2011). Contextualizing interventions with battered women in collectivist societies: Issues and controversies. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 331-339. doi.10.1016/j.avb.2011.04.005
- Menezes, A. L. T. (2000). Mulheres: fruto de dominação e fruta para libertação! In M. N. Strey (Org.), *Construções e perspectivas em gênero* (pp. 125-134). São Leopoldo: Unisinos.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (2003). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Narvaz, M. (2002). Quem são as mães das vítimas de incesto? *Insight-Psicoterapia*, 132(133), p. 9-13.
- Organização Mundial de Saúde (2002). *Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Genova.
- Stickley, A., Kislitsyna, O., Timofeeva, I & Vagerö, D. (2008). Attitudes Toward Intimate Partner Violence Against Women in Moscow, Russia. *Journal of Family Violence*, 23, 447-456. doi.10.1007/s10896-008-9170-y

Os autores

Antonia de Fátima Mota Gregoleti é Psicóloga e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Votuporanga. UNIFEV . E.mail: afagregoleti@ig.com.br

Alexandre da Silva de Paula é Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Psicólogo Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, câmpus Votuporanga. Docente no Centro Universitário de Votuporanga. E.mail: aledpaula@outlook.com

Sérgio Kodato é Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Docente na Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. E.mail: skodato@ffclrp.usp.br

Recebido em: 20/07/2016

Aprovado em: 30/10/2016